

GROOMING ONLINE:
PREVENÇÃO,
INTERVENÇÃO
E RESPOSTAS
DO SETOR
EDUCACIONAL

Diana Mota

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Celina Manita

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Resumo:

Este artigo visa chamar a atenção para o futuro da Educação da Infância em Portugal, por forma a refletirmos sobre os desafios impostos aos profissionais da área, no sentido de contribuírem para a prevenção de situações de risco ou perigo online junto das crianças. Entre os vários crimes perpetrados online, encontram-se, crescentemente, os crimes sexuais contra crianças, como a produção e partilha de pornografia infantil ou o grooming (aliciamento) para fins sexuais. A implementação de um programa de prevenção primária poderá, por um lado, contribuir para a redução das ocorrências de grooming online, atenuando e/ou evitando os fatores de risco associados, reduzindo as vulnerabilidades dos jovens. Por outro lado, poderá potenciar as competências, os conhecimentos dos jovens e as estratégias de uso da internet de uma forma segura.

Palavras-chave:

Grooming online, aliciamento sexual, crianças, jovens, (in)segurança na internet, programas de prevenção, educação.

Abstract:

This article aims to draw attention to the future of Childhood Education in Portugal, in order to reflect on the challenges imposed on professionals in the area, with the purpose of contributing to the prevention of risky or dangerous online situations with children. Among the several crimes committed online are, increasingly, sexual crimes against children, such as the production and sharing of child pornography or grooming for sexual purposes. On the one hand, the implementation of a primary prevention program can contribute to reducing the occurrence of online grooming, mitigating and/or avoiding the associated risk factors, and thus reducing young people's vulnerabilities. On the other hand, it can enhance the skills and knowledge of young people and the strategies to use the internet in a safe way.

Keywords:

Online grooming, sexual grooming, children, youth, (in)internet security, prevention programs, education.

DATA DE RECEÇÃO: 13/09/2021

DATA DE ACEITAÇÃO: 21/10/2021

A importância das redes sociais e o seu uso frequente por parte das crianças e dos jovens

Nos últimos anos, a legislação internacional tem vindo a reconhecer o *grooming* de uma criança para fins sexuais como uma ofensa criminal. No entanto, existe ainda uma evidência científica limitada sobre os mecanismos envolvidos nos comportamentos e processos de *grooming*, ao contrário do que já acontece com outros tipos de crimes sexuais contra crianças, amplamente estudados e caracterizados um pouco por todo o mundo e mais facilmente identificados social e criminalmente (McElvaney, 2019).

Alguns estudos sugerem que os riscos relativos a situações de abuso ocorrem com mais frequência durante a adolescência (Bebbington et al., 2011; Finkelhor et al., 2005).

Uma das possíveis explicações é o nível mais elevado de comunicação e interação online e a variedade de meios de acesso para os jovens mais velhos. Outro dos argumentos centra-se na natureza do comportamento do adolescente, sendo que esta é uma fase de desenvolvimento e crescimento cognitivo, biológico e psicológico, de construção da identidade, de descoberta, curiosidade, exploração pessoal, interpessoal e sexual, envolvendo desafios únicos (Livingstone et al., 2011; Munro, 2011; Ofcom, 2010).

Neste sentido, e dado que a internet é muitas vezes usada no sentido de persuadir os adolescentes a aceitarem encontros físicos, a identificação e compreensão dos fatores de risco específicos desta fase desenvolvimental e, na consequência desse conhecimento, o desenvolvimento de programas específicos de prevenção do aliciamento sexual online e de utilização segura da internet revelam-se cruciais.

Fatores de risco para o *grooming* online

O conceito de *grooming* sexual, geralmente, descreve um conjunto de processos e etapas através dos

quais um agressor manipula um menor para o conduzir a uma situação em que o abuso sexual pode ser cometido. É muito difícil alcançar uma definição consensual ou universal do fenómeno, dadas as dificuldades em determinar onde o processo começa e termina, bem como o conjunto de comportamentos que nele podem ser envolvidos, dependendo do agressor, da vítima e do contexto.

Os infratores utilizam a internet para manipular as suas vítimas potenciais, introduzindo conversas sobre sexo, expondo a criança à pornografia ou pedindo às vítimas que observem ou realizem atividades sexuais (Lanning, 2018). A este respeito, Whittle et al. (2014) analisaram as perspetivas da vítima sobre o processo de *grooming online*, e perceberam que ocorreu manipulação por meio de contacto frequente com a vítima, falsidade e imposição do segredo, sexualização do relacionamento, elogios e gentileza dirigidos às vítimas, temperamento errático ou desagradável, e aliciamento de outros indivíduos significativos na vida das vítimas.

A escassez de estudos sobre o *grooming online* também se reflete num excesso de confiança, nas pesquisas desenvolvidas, sobre o que se sabe sobre aliciamento em configurações offline e sua transposição, por vezes acrítica, para a análise do processo virtual. No entanto, os responsáveis pelo desenvolvimento de tecnologias informáticas, são preventivos e cautelosos, pois os estudos têm tendência para adotar modelos teóricos de aliciamento offline e adaptá-los a contextos online sem os devidos esforços de adaptação ou transformação (Gupta et al., 2012). Muitas vezes, o comportamento sexual impróprio, como o envio de mensagens eróticas ou de nudez online, mesmo não constituindo, em si, um crime, aumenta a probabilidade de futuras situações de abuso sexual (Quayle et al., 2014).

Os perpetradores de abuso sexual infantil podem atuar individualmente ou coletivamente nas organizações mais amplas de atividade criminosa, como parte de uma rede, num relacionamento ou ambiente familiar. A este aspeto, Beech et al. (2008) identificaram quatro padrões de criminosos sexuais infantis online, ou seja, os que utilizaram atividade sexuais infantis, abuso de materiais online para estimular o desenvolvimento do interesse sexual em crianças, entrar em contacto com criminosos sexuais que utilizaram imagens como um padrão mais amplo de abuso e de exploração sexual. As respostas para inibir os infratores devem ter em consideração estas diversas motivações, e a crença de que

os criminosos online são uma ameaça menor para as crianças não foi confirmada.

Por outro lado, os procedimentos de abuso e exploração sexual variam, mas, geralmente, incluem um conjunto de fases: a) o adulto estabelece uma relação emocional com um vínculo afetivo significativo ao menor; b) obtém gradualmente as suas informações pessoais e de contacto; c) convence o menor a estabelecer diálogos sexualizados, a despir-se ou a realizar atos sexuais, através de uma sedução amigável, da lisonja, enviando presentes, etc.; d) quando a vítima confia no agressor, este torna-se mais explícito nas suas intenções, enviando material sexual mais explícito ou pornográfico, perguntando sobre as suas experiências e preferências sexuais; e) por fim, propõe o encontro com a criança ou o jovem pessoalmente. No caso de recusa, o agressor pode recorrer ao assédio ou chantagem, para forçar a criança ou jovem a esse encontro. Este processo pode durar apenas alguns minutos, alguns dias, vários meses ou mesmo anos (Kopecký & Szotkowski, 2017). Nem todos os ofensores sexuais online desistem alcançar esta última etapa, muitos satisfazem-se com as partilhas online, sem solicitar encontros físicos.

Iniciativas de grooming nas redes sociais

O envolvimento dos jovens com a tecnologia integrou totalmente as atividades online nas suas rotinas diárias, aumentando a convergência entre o espaço online e offline. Este é um desenvolvimento fundamental em torno do uso da internet (Palmer, von Weiler, & Loof, 2010), e representa um risco cada vez maior para as crianças e jovens. Estes, tornaram-se “nativos digitais”, vivendo num mundo social imerso na tecnologia, embora dificilmente diferenciando eventos online de offline, e alguns estudos demonstraram que o mundo online pode fazê-los agir de formas inesperadas, fora do domínio das nossas características mais normativas e saudáveis de interação.

O desenvolvimento da “confiança enganosa” constitui uma fase central no ciclo de atração e armadilhamento dos jovens, e envolve um conjunto de movimentos através do qual os perpetradores cultivam a confiança nas suas vítimas. E, assim que a confiança das vítimas é conquistada, a fase seguinte inicia-se, com o processo de conquista / sedução que Olson et al. (2007) designam de *grooming*.

Este processo prepara, muitas vezes, o terreno para um futuro contacto sexual, através de uma série

de estratégias que se enquadram em duas grandes categorias: a dessensibilização e a ressignificação. A dessensibilização implica dessensibilizar verbal ou fisicamente a criança para o contacto sexual, e o reenquadramento ou ressignificação consiste em apresentar a atividade sexual entre crianças e adultos como se fosse um comportamento normal ou um benefício para a criança. O ciclo de aprisionamento é igualmente desenvolvido em duas outras fases, o isolamento e a abordagem. O isolamento consiste em duas formas não exclusivas, físicas e mentais. A abordagem constitui a fase final do ciclo de aprisionamento e refere-se às tentativas dos perpetradores de se encontrarem fisicamente com as suas vítimas, com o objetivo de abusar sexualmente destas.

Algumas das consequências do aliciamento sexual nas crianças

A vitimização sexual durante a infância está geralmente associada a um conjunto de resultados negativos, a curto e longo prazo, nos domínios emocional, comportamental, interpessoal e social, durante a infância e ao longo da vida adulta. De acordo com estes autores, as principais consequências do abuso sexual na infância repercutem-se ao nível físico, ao nível psicológico, dos comportamentos, dos relacionamentos e dos efeitos sociais.

Ao nível do dano físico, podemos referir, para além de eventuais lesões resultantes do abuso, os riscos associados ao HIV/SIDA, a gravidez precoce ou indesejada, as complicações na gravidez, as doenças sexualmente transmissíveis e a obesidade. As consequências ao nível psicológico, nas crianças e jovens, podem incluir a auto-culpabilização, sentimentos de vergonha, ansiedade, depressão, perturbações de pânico, perturbações de stress pós-traumático, comportamentos de automutilação, suicídio, bulimia ou anorexia.

Para além de agravar o impacto emocional, o facto de as crianças, sobretudo em casos em que ocorra troca de imagens ou vídeos com conteúdo sexual por si produzido, ou em casos em que há oferta de recompensas pelo ofensor, em troca de conteúdos sexualizados, se poderem perceberem como tendo colaborado no abuso, dificultará também a revelação destes abusos, podendo prolongá-los no tempo e intensificar o seu impacto traumático.

Ao nível do impacto comportamental, as consequências podem ser diversas, incluindo uma sexualização prematura e/ou traumática, comportamento de risco (e.g., consumo de álcool ou drogas), relações

sexuais precoces/práticas sexuais inseguras, promiscuidade, abandono escolar, violência sexual e física contra outras pessoas. No que diz respeito aos relacionamentos interpessoais, podem ser evidenciados sinais de falta de confiança, insegurança, dificuldade em estabelecer relacionamentos íntimos e impacto na paternidade futura. Os efeitos sociais incluem o isolamento, a rejeição pela família

Recursos nacionais e internacionais, para a prevenção da exploração sexual de crianças e jovens pela Internet

Os programas de prevenção e conscientização para crianças sobre os perigos e riscos de *grooming* online por abusadores sexuais são cada vez mais comuns no Reino Unido, Canadá, Estados Unidos, e Portugal (Radford et al., 2015). Os principais mecanismos de fornecimento de informações sobre este tema tendem a focar-se nas apresentações, incluindo *role-plays*, videojogos e simulações de solicitação cibernética com crianças dos 11 aos 13 anos.

Como exemplo, nos EUA/Canadá, um programa implementado por professores utiliza um videojogo para ensinar a segurança na internet, onde o jogador assume o papel de um polícia que pesquisa uma criança desaparecida. O programa está implementado há mais de 10 anos, mas nem sempre são identificadas mudanças significativas nas atitudes em relação à segurança na internet, na probabilidade de divulgar informações pessoais, de participar em salas de chat abertas ou de enviar emails a estranhos.

Igualmente, o Programa i-SAFE é um programa empregue nas escolas desde os anos 2000, promovendo atividades de capacitação de jovens com foco na cidadania da comunidade cibernética, segurança cibernética, segurança pessoal, identificação de eventuais predadores sexuais e propriedade intelectual. Os seus resultados demonstraram maior conhecimento de segurança na internet, gestão de riscos relativamente à aceitação e redes de amigos online, a comportamentos de entrar em contato com terceiros, consciência da identificação do potencial ofensor e partilha de informações pessoais.

No Reino Unido, o ThinkUKnow dirige-se a crianças dos 5 aos 16 anos de idade, através de uma apresentação baseada na escola e websites sobre a exploração

infantil e online. O *Protection Center* avaliou o programa em 2009 e concluiu que o foco no treino de segurança na internet deve ser apropriado às faixas etárias e características da população-alvo, assim como ao tipo de comportamento inadequado mantido nas redes sociais, tendo em conta o uso extensivo, por parte das raparigas, das redes sociais e os seus maiores riscos de *grooming online* (Davidson et al., 2009).

As recomendações incluíram a necessidade de melhor informação (ao nível dos conteúdos e dos meios de transmissão), da avaliação e controlo das aplicações, repetição de mensagens de segurança ao longo do tempo, adaptação específica aos contextos e desenvolvimento de materiais específicos para cada grupo e idade (Davidson et al., 2009).

Os programas de educação para prevenir o *grooming* sexual offline surgiram pela primeira vez nos EUA na década de 1970 e proliferaram. Os programas escolares que tentaram formar as crianças ao nível da informação e prevenção do *grooming* sexual online eram o tipo mais comum de programas de prevenção, principalmente porque os programas escolares podem alcançar um elevado número de crianças ao mesmo tempo, têm custos relativamente baixos e não estigmatizam os que estão em maior risco (Brown e Saied-Tessier, 2015; Walsh et al., 2015).

Estes programas tendem a centrar-se no abuso sexual, em vez da exploração sexual ou outras formas de criminalidade sexual contra crianças, embora tenha havido apelos à inclusão da exploração nestes programas (Eaton & Holmes, 2017). Esta abordagem tem sido fortemente criticada por colocar nas crianças a responsabilidade de evitar os abusos, em vez de visar os perpetradores e as instituições e sociedades mais amplas em jogo (Wurtele, 2009).

Ao nível nacional, o projeto CARE, desenvolvido pela APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, em 2016, e cofinanciado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em conjunto com algumas instituições como a Casa Pia de Lisboa, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, Polícia Judiciária, teve como principal finalidade o desenvolvimento de uma rede de apoio a vítimas de violência sexual e boas práticas de intervenção com crianças e jovens e, também, com os familiares e amigos, por meio de uma formação especializada, estruturação de modelos de intervenção, encaminhamento das vítimas por parte da Polícia Judiciária e do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, e desenvolvimento de materiais de sensibilização para a violência sexual, destinados à

comunidade.

Mais recentemente, foi desenvolvido um jogo de tabuleiro para crianças designado “Vamos prevenir! As aventuras do Búzio e da Coral” (Aguilhas, Figueiredo & Alexandre, 2017), que se destina a crianças dos 6 aos 10 anos de idade, no sentido de combater a escassez nacional de materiais de prevenção primária de abuso sexual, com base nesta faixa etária, que foi considerada a de maior incidência do abuso sexual, seja online ou offline.

Este programa foi criado com o objetivo de aumentar os conhecimentos sobre o abuso sexual nas crianças e promover o desenvolvimento de competências que lhes permitam identificar e gerir de forma adequada, este tipo de situações. Pode ser jogado pelas crianças e por técnicos e cuidadores, que são os facilitadores principais da intervenção. É uma ferramenta desenvolvida em formato de jogo de tabuleiro, de forma que as crianças possam adquirir conhecimentos e desenvolver competências de um modo lúdico.

Neste jogo é criada a ligação a um tema geral, o mar, através do qual existem duas personagens, o Buzio e a Coral, que acompanham a criança ao longo das atividades, organizadas em torno de seis temas principais: 1) Corpo/Toques; 2) Emoções; 3) Dizer Sim/Dizer Não; 4) Segredos; 5) Internet e 6) Pedir Ajuda.

Dentro de cada tema, são apresentados dois níveis de dificuldade: nível I, tarefas menos complexas e, normalmente, dirigidas a crianças que jogam pela primeira vez e nível II, tarefas mais complexas e dirigidas a crianças que já tenham completado as atividades de nível I. As atividades estão, ainda, divididas em diferentes categorias: Contar, Pintar/Desenhar, Mímica e Identificar.

Foi, posteriormente, efetuada uma avaliação do impacto do jogo preventivo que avaliou o impacto do programa em 14 crianças e 11 cuidadores (Grazina, 2016) e avaliou uma amostra de 15 crianças em situação de grupo Moita (2016). Os resultados dos dois estudos determinaram que as crianças apresentaram mais conhecimentos relacionados com o abuso sexual numa fase de pós-teste, embora nos itens do questionário, tenham respondido corretamente logo no primeiro momento de avaliação.

Intervenções e respostas ao abuso e exploração sexual infantil – Prevenção e respostas do setor educacional

As evidências relacionadas com as intervenções de prevenção e resposta ao abuso e exploração sexual infantil em todos os setores, ao nível nacional/governamental, saúde, justiça criminal, educação, proteção da criança e sociedade civil são cada vez maiores (Walsh et al., 2015). A prevenção relaciona-se com a forma de lidar com o abuso e exploração sexual infantil antes que esta ocorra, e não pode ser alcançada sem a mudança de normas sociais, atitudes e comportamento relacionados com as crianças e adolescentes. De uma forma geral, as estratégias de prevenção podem ser universais ou direcionadas para grupos vulneráveis. Identificar crianças que vivem em situações de abuso e exploração sexual, seja online ou offline, é uma tarefa notoriamente difícil. Os desafios incluem as barreiras à revelação por crianças, especialmente o medo dos abusadores, o receio de estigma social, a falta de consciência sobre o abuso, de compreensão e reconhecimento do próprio abuso por parte dos pais e do público em geral, falta de capacidades ou competências dos profissionais para a sua identificação e políticas sociais e criminais que não apoiam a identificação de respostas de proteção à criança.

As estratégias para melhorar esta situação, incluem a reforma das leis, desenvolver melhores vias de notificação e de encaminhamento dos casos, promover a formação de magistrados e de profissionais que têm contacto regular com crianças (e.g., professores, educadores, psicólogos, assistentes sociais, médicos), de forma a ficarem mais conscientes e alerta face os sinais de abuso, e mais capazes e intervir face a uma suspeita, melhorar os métodos de avaliação de risco, fornecer informações adequadas à idade, para crianças e adolescentes, sobre os seus direitos à proteção e onde encontrar ajuda diretamente, introduzir uma avaliação sistemática de processos e de resultados dos programas (War Child 2010; Wessells, 2009).

As repostas do setor educacional incluem formação ao nível da educação sexual, ou seja, as escolas são uma forma eficiente de alcançar crianças, jovens e, também, as suas famílias, embora só surtam efeitos diretos nas crianças e jovens que frequentam a escola. Salienta-se que as crenças religiosas e culturais podem dificultar a educação sexual nalguns contextos, no entanto, as escolas assumiram, na última década, um papel cada vez mais pró-ativo na prevenção do abuso sexual de crianças online e offline.

As escolas são um local adequado e eficaz para a disseminação de informações sobre como manter a segurança na utilização da internet. Embora alguns pais possam sentir relutância em debater estas questões e não se sintam qualificados para este tipo de ação, os professores podem desempenhar esse papel junto dos alunos (Bilmes, 2011). Os filmes que retratam, por exemplo, os perigos do *cyberbullying* e do *sexting* podem ser utilizados para estimular os debates em sala de aula sobre os direitos e responsabilidades em torno das tecnologias digitais, relacionamentos de respeito e a ética na partilha de imagens pessoais sem consentimento. Atividades estruturadas ou jogos como os atrás referidos, também são de fácil utilização no contexto escolar.

Existem, igualmente, currículos de educação sobre segurança na internet, incluindo o i-SAFE, iKeepSafe, NetSmartz e Web Wise Kids, embora uma revisão destes programas sugira que poucos incorporam as mensagens baseadas em pesquisas, objetivos de aprendizagem que se baseiam no desenvolvimento de competências ou oportunidades para os jovens as praticarem (Jones et al., 2014).

Devido à escassez de estudos científicos, muitos destes esforços de promoção da segurança na internet parecem basear-se em recomendações motivadas mais pelo pânico moral ou construídas com base suposições não testadas sobre riscos online (Finkelhor, 2014), do que em evidências científicas.

Diversos autores, argumentaram que algumas iniciativas de promoção da segurança cibernética, centradas apenas no comportamento das crianças e jovens acabam por poder promover um sentimento de culpa nas vítimas. Neste sentido, alguns autores sugerem que, em vez de disponibilizar programas autónomos ou simplesmente divulgar instruções de segurança no uso da tecnologia, se deverá apostar em programas multidomais e integrados de promoção do bem-estar e do equilíbrio pessoal e desenvolvimental, na promoção da saúde em geral, incluindo questões sexuais, mas também socioemocionais, de identidade, autoestima, capacidade de decidir autónoma e racionalmente, comunicação

assertiva e “saber dizer não”, desenvolvimento pessoal e social, cidadania ativa, cidadania digital e relacionamentos interpessoais assentes no respeito.

Neste contexto, seria útil se as mensagens de segurança na internet, orientadas para os jovens, colocassem mais ênfase, quer nas vulnerabilidades já identificadas pela investigação científica (UK Council for Child Internet Safety, 2012; Whittle, Hamilton-Giachritsis, Beech & Collings, 2013), quer nos comportamentos online que aumentam o risco de vitimização, especialmente interagir com adultos que só conheceram online, além de comunicar sobre tópicos de risco, especialmente conteúdos de cariz sexual, seja ao nível das interações verbais, seja do sexting, da partilha de imagens sexuais. As estratégias de construção de uma consciência sobre o problema podem auxiliar os jovens a reconhecer que existem adultos emocionalmente manipuladores e criminalmente ativos a atuar online (além de presencialmente), que poderão explorar a sua curiosidade sexual e tirar partido das suas necessidades de afeto, intimidade e companheirismo.

De acordo com Wurtele e Kenny (2016) seria bastante útil para os jovens ouvirem relatos de vítimas de abuso sexual online, sobre como é fácil ser envolvido num relacionamento abusivo e sobre a variedade de estratégias e vias de manipulação utilizadas em todo o processo de *grooming*. Neste sentido, educar os adolescentes sobre os riscos de se envolverem em relacionamentos românticos com parceiros mais velhos e, ao mesmo tempo, informá-los de que as relações sexuais entre adultos e menores são crimes puníveis, independentemente de quem o adulto é, ou de o adolescente sentir que está “apaixonado” e “consentir” nessa relação ou interação. Importa, ainda, referir que raramente os adolescentes informam os seus pais ou a polícia quando recebem solicitações de sexo online, talvez porque temem castigos da família, represálias dos ofensores ou que os seus dispositivos lhes sejam retirados, se divulgarem o recebimento ou o envio de mensagens ou imagens sexualmente explícitas (Katz, 2013).

Conclusão

Não obstante o aliciamento de jovens/*grooming* sexual online ser um fenómeno em evidente progressão em Portugal, ainda é escassa no nosso país, quer a investigação, quer a intervenção neste fenómeno.

O conjunto de constatações e de limitações apresentadas no artigo, ao nível dos esforços conduzidos para proteção das crianças e jovens, levou-nos a refletir sobre o futuro da educação da infância e sobre a necessidade de serem implementadas medidas de intervenção a integrar num potencial programa de promoção de uma utilização mais segura da internet, por crianças e jovens, e de prevenção da ofensa sexual online, do *grooming* em particular.

Consideramos que um programa de prevenção primária deste tipo deverá contribuir para a redução das ocorrências de *grooming online*, atenuando e/ou evitando os fatores de risco associados e reduzindo as vulnerabilidades dos jovens, por um lado; potenciando as competências e conhecimentos dos jovens, as estratégias de uso da internet de uma forma segura, por outro lado. Estes elementos levam-nos a reforçar a necessidade de apostar na prevenção primária, a nível nacional, em especial junto das entidades com competência em matéria de infância e juventude, por serem estas entidades que desenvolvem atividades junto das crianças e dos jovens, com maior acesso aos mesmos e que têm legitimidade para intervir na promoção dos direitos e na proteção dos jovens. Isto englobaria a intervenção em escolas e outros espaços educativos, mas também o sistema de promoção e proteção de crianças e jovens, que não se deveria limitar a atuar nas suspeitas de situações já concretizadas, mas investir, também, no desenvolvimento e promoção de ações e estratégias de prevenção primária.

Intervir através da prevenção primária apresenta-nos vantagens a longo prazo, dado que os resultados são, na sua maioria, muito positivos envolvendo, em contrapartida, menos custos financeiros (Galheigo, 2008).

Fogarty (1989) alega que os responsáveis legais que apoiam ou participam em programas de prevenção de abuso sexual, estão mais capacitados para lidar adequadamente com uma situação de abuso. Por sua vez, Wurtele e Miller-Perrin (1992), demonstram que o envolvimento dos responsáveis legais dos jovens nos programas de prevenção primária de abuso sexual, ajuda-os a aplicar os conhecimentos adquiridos, por exemplo nas escolas, permitindo que os jovens questionem e conversem sobre a temática.

O objetivo principal de um programa de prevenção primária, junto de jovens, relativo ao *grooming* online será

o de permitir que os mesmos adquiram conhecimentos mais específicos e aprofundados e estratégias de resposta ajustadas, para poderem, por um lado, identificar os sinais de alerta, saberem, por outro lado, como reagir, de uma forma mais adequada, a uma situação de potencial aliciamento, e, finalmente, desenvolverem a capacidade de pedir ajuda e conhecerem as vias para a alcançar, caso não a tenham ou queiram solicitar à família. Neste sentido, esperamos que este artigo seja um contributo para promover o conhecimento sobre esta temática, junto dos profissionais que trabalham com a área da infância, assim como um contributo para a prevenção do fenómeno do *grooming* online.

Referencias bibliográficas

- Agulhas, R., Figueiredo, N., Alexandre, J., & Cifuentes, P. (2017). *Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Beech, A. R., Elliott, I. A., Birgden, A., & Findlater, D. (2008). The internet and child sexual offending: a criminological review. *Aggression and Violent Behavior* 13(3) - 216-228.
- Bebbington, P. E., Jonas, S., Brugha, T., Meltzer, H., Jenkins, R., Cooper, C., King, M., & McManus, S. (2011). Child sexual abuse reported by an English national sample: characteristics and demography. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology* 46 - 255-262.
- Bilmes D. (2011) The realities of sexting (you can't unsend!). Educator's guide to handling student sexting. *School Library Journal* 57(2) - 54-55.
- Brown, J. & Saied-Tessier, A. (2015) *Preventing child sexual abuse: towards a national strategy for England*. London: NSPCC.
- Davidson, J., Martellozzo, E., & Lorenz, M. (2009). Evaluation of CEOP Thinkuknow internet safety programme and exploration of young people's internet safety knowledge. *Centre for Abuse & Trauma Studies*. Kingston, UK.
- Eaton, J. & Holmes, D. (2017). Working Effectively to Address Child Sexual Exploitation: An Evidence Scope. *Research in Practice*, Totnes.
- Finkelhor D. (2014). Commentary: Cause for alarm? Youth and Internet risk research — A commentary on Livingstone and Smith. *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 55(6) - 655-658.
- Galheigo, S. M. (2008). Apontamentos para se pensar ações de prevenção à violência pelo Setor Saúde. *Saúde & Sociedade*, 17, 3 - 181-189.
- Gupta, A., Kumaraguru, P., & Sureka, A. (2012). Characterizing pedophile conversations on the Internet using online grooming. Aditi Gupta.
- Grazina, T. (2016). *Vamos prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral: avaliação do impacto em crianças e respetivos cuidadores*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Katz C. 2013. Internet-related child sexual abuse: What children tell us in their testimonies. *Children and Youth Services Review* 35, 1536-1542.
- Kopecky, K., & Sotkowski, R. (2017). Cyberbullying, cyber aggression and their impact on the victim-

- The teacher. *Telematics and Informatics*, 34, 50-517.
- Jones, L.M., Mitchell, K.J., Walsh, W.A. (2014). A Systematic Review of Effective Youth Prevention Education: Implications for Internet Safety Education. *Crimes Against Children Research Center (CCRC)*. University of New Hampshire, Durham.
- Lanning, K. (2018). The evolution of grooming: concept and term. *Journal of Interpersonal Violence*, 33(1) - 5-16.
- Livingstone, S. (2010). E-Youth: (future) policy implications: reflections on online risk, harm and vulnerability. UCSIA & MIOS University of Antwerp, Antwerp, Belgium.
- McElvaney, R. (2019). Grooming: A Case Study. *Journal of Child Sexual Abuse*, 28(5)- 608-627.
- Moita, M. (2016). Avaliação de Impacto do Jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”: jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças entre os 6 e os 10 anos”. *Dissertação de Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores*. Lisboa: ISCTEUIUL.
- Olson, L. N., Daggs, J. L., Ellevold, B. L., & Rogers, T. K. K. (2007). Entrapping the Innocent: Toward a Theory of Child Sexual Predators? Luring Communication. *Communication Theory*, 17(3), 231-251.
- Palmer, T., Von Weiler, J., & Loof, L. (2010). The impact of internet abuse on children and how best to intervene. *The Official Newsletter of the International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect*, 19. USA.
- Radford, L., D. Allnock and P. Hynes (2015). Promising Programmes to Prevent and Respond to Child Sexual Abuse and Exploitation. UNICEF.
- Livingstone, S. & Palmer, T. (2012) Identifying vulnerable children online and what strategies can help them. UK Safer Internet Centre, London, UK.
- Walsh, K., Zwi, S., Woolfenden, S. & Shlonsky, A. (2015). School-Based Education Programs for the Prevention of Child Sexual Abuse: A Cochrane Systematic Review and Meta-Analysis. London: The Cochrane Collaboration.
- Whittle HC, Hamilton-Giachritsis CE, Beech AR. “Under His Spell”: Victims’ Perspectives of Being Groomed Online. *Social Sciences*. 2014; 3(3):404-426.
- Whittle, H., Hamilton-Giachritsis, C., Beech, A., & Collings, G. (2013). A review of young people’s vulnerabilities to online grooming. *Aggression and Violent Behavior*, 18(1), 135-146.
- Wolak, J., Finkelhor, D., Mitchell, K. J., & Ybarra, M. L. (2008). Online “predators” and their victims: myths, realities and implications for prevention and treatment. *American Psychologist*, 63, 111-1128.
- Wurtele, S., & Miller-Perrin, C. (1992). Preventing child sexual abuse: Sharing the responsibility. Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Wurtele, S. K. (2009). Preventing Sexual Abuse of Children in the Twenty-first Century: Preparing for Challenges and Opportunities. *Journal of Child Sexual Abuse*, 18, 1.
- Wurtele, S., K. & Kenny, M. (2017). Technology-Related Sexual Solicitation of Adolescents: A Review of Prevention Efforts. *Child Abuse Review*, 25. 332-344 (2016).